



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

Araraquara (SP), 19 de janeiro de 1962.

*Na instalação do Congresso Rural Estadual, promovido pela Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo.*

Compareço a esta reunião de agricultores paulistas para deixar bem expresso o meu integral apoio à realização, em todo o território nacional, de um debate democrático e corajoso dos problemas que dizem respeito à melhoria dos processos de exploração da terra, para proporcionar-lhe maiores índices de produtividade e criar condições favoráveis à elevação dos níveis de vida da população brasileira.

Desejo repetir aqui, nesta autêntica assembléia de agricultores, o que não faz muito tempo afirmei em Belo Horizonte, em um congresso de trabalhadores agrícolas: no plano dos altos interesses nacionais, as reivindicações dos homens da indústria, empregados ou empregadores, não se opõem, mas, ao contrário, se harmonizam com as aspirações legítimas do progresso e bem-estar daqueles que se dedicam às atividades do campo, seja na agricultura, seja na pecuária.

Devemos reconhecer, também, que o progresso nacional será embaraçado em sua marcha ascendente se não levarmos à agricultura, em larga escala, os métodos modernos do trabalho que dão maior rendimento às propriedades rurais.

Alguns setores da agricultura brasileira já apresentam resultados de elevada produtividade, exemplos magníficos de boa aplicação da técnica na exploração de nossas terras.

Sem agricultura progressista, que atenda às necessidades crescentes do desenvolvimento do País, não será possível equilibrar a economia nacional.

Em tôda planificação econômica que se faça em nosso país, é preciso ter bem presente que a maioria do povo brasileiro está vinculada às atividades do campo, pois 63% da população encontram na agricultura a sua fundamental atividade de subsistência.

O Govêrno tem, assim, o dever de cuidar, de modo prioritário, da assistência ao trabalhador agrícola, para criar-lhe melhores condições de vida e, dêste modo, fixá-lo em sua atividade produtora.

Tenho proclamado, em várias oportunidades, que a questão agrária no Brasil deve ser resolvida atendendo-se às características próprias de cada região, pois não pode haver remédios milagrosos para serem aplicados indiscriminadamente em um país como o nosso, de grande extensão territorial e tão diversificado em seu desenvolvimento econômico.

Não devemos ter receio das palavras. Se o País reclama uma reforma agrária, é necessário enfrentar êsse problema com coragem, de modo a conduzi-lo para uma solução realista, objetiva e democrática.

Evidentemente — e vai aqui uma reafirmação do que declarei recentemente em uma reunião de trabalhadores agrícolas —, no Brasil, uma lei agrária deve possuir características de maleabilidade, para acomodá-la às variadas condições regionais, sempre de modo a respeitar as unidades de produção bem organizadas, de bom rendimento, sem que se leve em conta a sua extensão.

A Igreja Católica, através de manifestação clara e coletiva de seus bispos, vem proclamando que o Brasil precisa, urgentemente, zelar pelas coletividades que vivem da exploração da terra.

O Govêrno, por sua vez, não pode fugir às suas enormes responsabilidades na solução do problema agrário nacional. Deve estimular tôdas as iniciativas que se proponham aumentar a produtividade agrícola e que procurem elevar os padrões de vida do homem do campo.

Tenho-me empenhado pela implantação de uma política dinâmica em nosso país, que possibilite a solução de nossos problemas de base, inclusive o da reforma agrária, para que se possa obter mais justiça social, garantir as liberdades individuais e proporcionar aos brasileiros condições dignas de existência, de acôrdo com os nossos ideais de fraternidade cristã.

Na verdade, ainda há falta de garantias e de oportunidades para os que se dedicam ao trabalho da terra: falta estímulo aos novos investimentos, tanto para o proprietário da terra como para o trabalhador rural, posseiro ou arrendatário.

Chegou o momento histórico em que devemos demonstrar, por uma ação progressiva do Govêrno e das classes produtoras, que podemos encontrar, dentro dos quadros democráticos, soluções para todos os problemas econômicos e sociais.

Felizmente, grupos expressivos das classes produtoras — da indústria, do comércio e da agricultura — já colaboram e confio em que venham a colaborar cada vez mais com os podêres públicos na conquista de nossa emancipação econômica, para libertar o Brasil dos entraves de atraso, tanto na frente interna como nas relações com os demais países.

É para essa batalha patriótica, cristã e democrática, de paz e de trabalho, que todos os brasileiros estão sendo convocados. E nesta jornada os homens de São Paulo têm um papel relevante, decisivo, a desempenhar.

Ao saudar os lavradores que nesta solenidade instalam o seu congresso regional, preliminar da grande reunião nacional convocada para o Rio de Janeiro, formulo votos pelo completo êxito de seus trabalhos e renovo minha integral confiança nos altos destinos do Brasil, que faremos cada vez maior por nossa iniciativa e nosso esfôrço.